

CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA E ACESSO A MERCADOS INSTITUCIONAIS NA PROMOÇÃO DE RENDA LOCAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Gean Magalhães Bastos

Discente do Instituto Federal do Piauí – Campus São João do Piauí
geanbastos2013@gmail.com

Mário Vithor Pereira Sousa

Discente do Instituto Federal do Piauí – Campus São João do Piauí
casjp.2024124beag0020@aluno.ifpi.edu.br

Ester Barbosa Oliveira

Discente do Instituto Federal do Piauí – Campus São João do Piauí
casjp.2024124beag0033@aluno.ifpi.edu.br

RESUMO

O acesso aos mercados institucionais, aliado à certificação orgânica, atua como um importante fator de promoção da agrobiodiversidade e de incremento da renda nas unidades familiares produtivas. A Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), fundada em 2012 e credenciada pelo Ministério da Agricultura em 2013 como Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC), está sediada em São Raimundo Nonato (PI) e reúne 178 famílias distribuídas em 11 grupos locais. Por meio do seu Sistema Participativo de Garantia (SPG), 107 famílias possuem certificação orgânica e comercializam sua produção com programas de compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A análise baseia-se em dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos de 2024, agrupados conforme o acesso a mercados institucionais. Entre as 107 unidades familiares certificadas, 55% possuem esse tipo de acesso. As famílias inseridas em mercados institucionais apresentaram maior número de culturas cultivadas e maior diversidade produtiva, com média de 19,9 culturas por unidade, em comparação a 6,5 entre as famílias sem acesso. Também exibem maior amplitude entre os quartis de diversidade, indicando produção mais diversificada e equilibrada. Além disso, a renda média anual por unidade familiar é 16% superior entre aquelas que acessam mercados institucionais em relação às inseridas no mercado corporativo do algodão agroecológico. Conclui-se que a combinação entre certificação orgânica e acesso a mercados institucionais favorece a diversificação produtiva e contribui para o fortalecimento da renda e da sustentabilidade das famílias agricultoras do semiárido piauiense.

Palavras-chave: agrobiodiversidade; renda local; certificação orgânica; comercialização.

1 INTRODUÇÃO

O acesso a mercados institucionais, em conjunto com a certificação orgânica para o fomento da agrobiodiversidade e da geração de renda em unidades familiares produtivas, tem relevância substancial na inclusão produtiva, indo além da simples transferência de renda. No contexto da agricultura familiar no Brasil, essa dinâmica é marcada pela busca por políticas públicas que promovam a segurança alimentar e o desenvolvimento local (Santos et al., 2014).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) emergem como instrumentos cruciais, pois garantem a compra de produtos da agricultura familiar, fomentando a produção e a diversificação. A legislação do PNAE (Resolução FNDE nº 26/2013) estabelece que, na aquisição de produtos da agricultura familiar, devem ser priorizados, sempre que possível, os alimentos orgânicos e de base agroecológica.

Os mercados institucionais são essenciais não apenas como canais de comercialização, mas também como ferramentas poderosas para a mudança social, econômica e ambiental. Eles integram a produção familiar à demanda pública, promovendo o desenvolvimento sustentável, garantindo direitos sociais e fomentando a geração e circulação de renda local, além de incentivar uma alimentação saudável (Machado et al., 2018).

A inserção de alimentos orgânicos nesses programas tem sido avaliada como um fator que fortalece a agricultura familiar e promove a segurança alimentar, com a produção de alimentos livres de agrotóxicos e insumos químicos, garantindo preços justos, valorizando os agricultores e incentivando sistemas produtivos de base agroecológica que respeitam a terra e as práticas de cultivo ecologicamente corretas (Santos et al., 2014).

Nesse cenário, a Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), credenciada como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) desde 2013, representa um estudo de caso significativo. A APASPI organiza 178 famílias, sendo 107 delas com certificação orgânica por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG). O acesso a mercados institucionais pela associação teve início com o Instituto Federal do Piauí (IFPI) em 2015 e foi ampliado para o PNAE municipal em 2018 e para o PAA, possibilitando a avaliação empírica do impacto dessa política.

O relato de experiência baseia-se na análise de dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPORG) de 2024, comparando unidades familiares com e sem acesso a mercados institucionais. Os resultados preliminares, detalhados na seção “Atividades

Realizadas”, indicam uma correlação positiva entre o acesso a esses mercados e o aumento da diversidade de culturas (agrobiodiversidade), bem como da renda média anual por unidade familiar.

2 ATIVIDADES REALIZADAS

A presente experiência concentra-se nas atividades desenvolvidas pela Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), sediada em São Raimundo Nonato (PI). A APASPI foi estabelecida em 2012 e, em 2013, obteve o credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e da Certificação Orgânica. Atualmente, a associação congrega 178 famílias distribuídas em 11 grupos locais. Destas, 107 possuem certificação orgânica obtida através do SPG da própria entidade. Esse sistema baseia-se na confiança, na participação e na auditoria mútua, sendo fundamental para a credibilidade dos produtos agroecológicos e orgânicos da região.

A trajetória da APASPI no acesso a mercados institucionais iniciou-se em 2015, com a participação no primeiro pregão federal para a venda de vegetais orgânicos ao Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus São Raimundo Nonato. Em 2018, o acesso foi ampliado para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de São Raimundo Nonato. Atualmente, quatro grupos da associação participam de mercados institucionais: Lagoa dos Prazeres, Raízes do Quilombo e Umbuzeiro, localizados em São Raimundo Nonato (PI), que comercializam produtos para o PNAE (IFPI e prefeitura municipal), e o grupo Mucunã, de Canto do Buriti (PI), que fornece alimentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB.

O estudo utilizou dados familiares extraídos do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPORG), atualizados em 2024. As 107 unidades familiares certificadas foram categorizadas em dois grupos para análise comparativa: o grupo “Com acesso” (C), composto por 59 famílias (55%) que participam de mercados institucionais, e o grupo “Sem acesso” (S), formado por 48 famílias (45%) que não participam. A análise concentrou-se em dois indicadores principais: a agrobiodiversidade (medida pelo número de culturas adotadas) e a renda local.

Os dados demonstram uma clara correlação entre o acesso ao mercado institucional e o aumento da diversidade produtiva. A categoria com acesso a mercados institucionais (C) registrou um total de 95 culturas adotadas, enquanto a categoria sem acesso (S) registrou 32, totalizando 98 culturas diferentes na amostra geral. Em termos de média de culturas por unidade familiar, a diferença é expressiva: 19,9 culturas para o grupo “Com acesso” e 6,5 para o grupo “Sem acesso”, com média geral de 13,9.

A mediana de culturas por unidade familiar segue o mesmo padrão, sendo de 19,0 para o grupo “Com acesso” e 5,5 para o grupo “Sem acesso” (mediana geral de 11,0). A análise dos quartis (Q1 e Q3) é particularmente reveladora: o primeiro quartil (Q1) da categoria “Com acesso” é de 11,5 culturas, e o terceiro quartil (Q3) é de 25,5. Já para a categoria “Sem acesso”, o Q1 é de 4,0 e o Q3 é de 8,0. Notavelmente, o Q1 da categoria “Com acesso” (11,5 culturas) supera o Q3 da categoria “Sem acesso” (8,0 culturas), indicando que as famílias com acesso a mercados institucionais mantêm, de forma consistente, um nível de diversidade produtiva superior à maioria das famílias sem esse acesso.

A análise de renda comparou a renda média anual por unidade familiar proveniente do mercado institucional com aquela obtida no mercado corporativo do algodão agroecológico/orgânico, outra importante fonte de renda regional. Verificou-se que a renda média proveniente do mercado institucional (R\$ 3.808,40) é 16% superior à renda oriunda do mercado corporativo do algodão (R\$ 3.286,36). É importante destacar que 59 unidades familiares (22 com acesso e 37 sem acesso a mercados institucionais) acumulam renda proveniente de ambas as fontes, demonstrando a complementaridade das estratégias de comercialização adotadas pelas famílias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstra que a estratégia de acesso a mercados institucionais (PNAE e PAA), quando conjugada à certificação orgânica via Sistema Participativo de Garantia (SPG), atua como um poderoso mecanismo de promoção da sustentabilidade dos sistemas agrícolas e do desenvolvimento socioeconômico no Semiárido Piauiense. Os dados analisados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPORG, 2024) confirmam a hipótese central do trabalho, evidenciando o impacto positivo do acesso a mercados institucionais.

Em primeiro lugar, no que se refere à promoção da agrobiodiversidade, as unidades familiares com acesso a esses mercados apresentam uma diversidade de culturas significativamente maior (média de 19,9 culturas) em comparação com as unidades sem acesso (média de 6,5 culturas). Esse aumento na agrobiodiversidade é um indicador direto da resiliência e da sustentabilidade dos sistemas produtivos agroecológicos.

Em segundo lugar, quanto à geração de renda, a renda média anual proveniente do mercado institucional (R\$ 3.808,40) supera a obtida no mercado corporativo do algodão agroecológico/orgânico (R\$ 3.286,36), além de atuar de forma complementar a outras fontes de sustento das famílias.

Conclui-se que o apoio institucional, materializado na garantia de compra por programas como o PNAE e o PAA, é fundamental para consolidar a transição agroecológica, fortalecer a segurança alimentar e promover o desenvolvimento sustentável no Semiárido Piauiense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos parceiros e sócios da APASPI que colaboraram na elaboração deste trabalho, fornecendo as informações, assim como aos colegas que ajudaram a redigir o referido trabalho.

REFERÊNCIAS

MACHADO, P. M. de O. *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 4153-4164, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>.

SANTOS, F. dos *et al.* Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 1429-1436, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195>.